



CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ
PROCURADOR DO MUNICÍPIO

PROVA PRÁTICA-PROFISSIONAL

Nome do(a) Candidato(a): _____

Nº de Inscrição: _____

Assinatura

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se, além desta PROVA, você recebeu o FORMULÁRIO RESPOSTA, para responder às duas questões analítico-discursivas e apresentar a peça processual. A prova realizada no horário de 14h30min às 18h30min (horário local).
2. Confira se o seu número de inscrição e nome, constam na parte inferior do FORMULÁRIO RESPOSTA que você recebeu e que contém 7 páginas numeradas. Caso exista algum erro de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala, a fim de que este registre na ata de sala. Em hipótese alguma haverá substituição do FORMULÁRIO RESPOSTA por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
3. Somente em caso de necessidade, pedir ao fiscal para ir ao banheiro, sempre acompanhado do fiscal itinerante, devendo, no percurso, permanecer absolutamente calado, podendo antes e depois da entrada no banheiro passar por revista com detector de metais. Ao sair da sala no término da sua prova, o candidato não poderá utilizar o banheiro.
4. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir sobre a sua prova, não cabendo aos fiscais emitirem opiniões e/ou prestarem esclarecimentos sobre o conteúdo das provas.
5. Será admitida a consulta de textos normativos quando estiverem desacompanhados de anotações e comentários técnicos, vedada a consulta a obras doutrinárias, súmulas, orientações jurisprudências, informativos de jurisprudência, revistas, índices remissivos que contenham trechos de súmulas e cópias reprográficas ou qualquer documento obtido na internet, sob pena de eliminação do concurso.
6. Se o material do candidato possuir partes que contenham informações de utilização proibida, as mesmas deverão ser PREVIAMENTE isoladas pelo candidato ou pelo **Fiscal de Materiais**, com cliques, grampo ou fita adesiva, de modo a impedir sua utilização durante as provas, sob pena de o candidato não poder consultar o material.
7. O material de consulta, citado acima, poderá ser conferido antes, durante e depois da prova prática-profissional. O candidato que descumprir as instruções de utilização de material de consulta será eliminado do concurso e suas provas serão anuladas.
8. É obrigatório que você: preencha o cabeçalho desta prova e assine a LISTA DE PRESENÇA, do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
9. O candidato só poderá entregar sua prova e Formulário Resposta, depois de decorrida uma hora de prova e só poderá levar sua PROVA, se concluí-la quando faltarem menos de 60 (sessenta) minutos para o seu término. A inobservância desses horários acarretará a eliminação do candidato no concurso.
10. O candidato deverá responder as questões analítico-discursivas e elaborar a Peça Processual no FORMULÁRIO RESPOSTA, que ao final será desidentificado pelo fiscal de sala. As questões terão limite máximo de 15 (quinze) linhas para cada questão, enquanto a Peça Processual obedecer o limite máximo de 5 (cinco) laudas de 30 (trinta) linhas. O candidato deverá utilizar caneta esferográfica de tinta preta ou azul de corpo transparente.
11. O FORMULÁRIO DE RESPOSTAS é o único documento válido para o processamento de suas respostas, assim como o é o único documento considerado para a correção dessa prova.
12. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, aguardando até que todos concluem a prova para assinarem a ata de sala e saírem conjuntamente.

Boa prova.

QUESTÕES ANALÍTICO-DISCURSIVAS

01 Lei Municipal de iniciativa do Prefeito Municipal alterou os subsídios de Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais e incluiu abono por tempo de serviço que leva em consideração o tempo de efetivo exercício de cargo público no Executivo ou Legislativo Municipal. Com base nestas informações, explique:

- A. o mecanismo judicial de controle de constitucionalidade de lei municipal,
- B. os fundamentos de mérito da peça jurídica voltada à declaração de sua inconstitucionalidade, e
- C. os limites constitucionais para a definição do subsídio de Prefeito Municipal.

RASCUNHO

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

5 _____

6 _____

7 _____

8 _____

9 _____

10 _____

11 _____

12 _____

13 _____

14 _____

15 _____

02 A sociedade Oliveira Gavião Galinha Limitada atua no ramo de restaurantes desde 2015 de forma regular em todo o território nacional. No ramo gastronômico, conta com trezentos empregados registrados na folha de pagamento, fazendo uso do eSocial.

Em 2019, esta sociedade sofreu duas fiscalizações:

Na fiscalização realizada pelo auditor do trabalho, foi identificado que a sociedade Oliveira Gavião Galinha limitada celebrou um acordo coletivo em 2018, com vigência de três anos, autorizando a supressão do repouso semanal remunerado e número de férias devido aos empregados.

Na fiscalização do fisco estadual este apurou, dentre outros aspectos, o pagamento a maior de contribuição previdenciária em três anos anteriores.

O advogado da empresa, por sua vez, deu as seguintes orientações:

“Em relação à fiscalização do auditor do trabalho, a empresa agiu corretamente porque amparada no art. 611-A da CLT, pois o previsto no acordo coletivo pode prevalecer em relação à lei.

Sobre a fiscalização do fisco estadual, o advogado da sociedade limitada orientou sobre a possibilidade de compensação tributária entre o ISS (imposto sobre serviços) e a contribuição previdenciária paga a maior, de acordo com a Lei 13.670/2018, que, ao alterar dispositivos de leis que tratam da contribuição previdenciária sobre receita bruta, autoriza a compensação de algumas modalidades de contribuições previdenciárias com outras modalidades tributárias.”

Sobre a Lei acima identificada, destacam-se os seguintes trechos:

O inciso I do artigo 11 da da Lei 13.670/2018 está assim redigido:

“Art. 11. Esta Lei entre em vigor:

I – no primeiro dia do quarto mês subsequente ao de sua publicação, quanto aos arts. 1º. e 2º., e ao inciso II do “caput” do art. 12.”

“Art. 8º A Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 26 . O valor correspondente à compensação de débitos relativos às contribuições de que trata o art. 2º desta Lei será repassado ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contado da data em que ela for promovida de ofício ou em que for apresentada a declaração de compensação.

Parágrafo único. (Revogado).” (NR)

“Art. 26-A. O disposto no art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 :

I - aplica-se à compensação das contribuições a que se referem os arts. 2º e 3º desta Lei efetuada pelo sujeito passivo que utilizar o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), para apuração das referidas contribuições, observado o disposto no § 1º deste artigo;

II - não se aplica à compensação das contribuições a que se referem os arts. 2º e 3º desta Lei efetuada pelos demais sujeitos passivos; e

III - não se aplica ao regime unificado de pagamento de tributos, de contribuições e dos demais encargos do empregador doméstico (Simples Doméstico).

§ 1º Não poderão ser objeto da compensação de que trata o inciso I do **caput** deste artigo:

I - o débito das contribuições a que se referem os arts. 2º e 3º desta Lei:

a) relativo a período de apuração anterior à utilização do eSocial para a apuração das referidas contribuições; e

b) relativo a período de apuração posterior à utilização do eSocial com crédito dos demais tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil concernente a período de apuração anterior à utilização do eSocial para apuração das referidas contribuições; e

II - o débito dos demais tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil:

a) relativo a período de apuração anterior à utilização do eSocial para apuração de tributos com crédito concernente às contribuições a que se referem os arts. 2º e 3º desta Lei; e

b) com crédito das contribuições a que se referem os arts. 2º e 3º desta Lei relativo a período de apuração anterior à utilização do eSocial para apuração das referidas contribuições.

§ 2º A Secretaria da Receita Federal do Brasil disciplinará o disposto neste artigo.”

Diante da situação hipotética apresentada, fundamentando-se no ordenamento jurídico e a jurisprudência do STF, responda:

- A. Qual a fundamentação constitucional da previsão do art. 11 supracitado, relativamente ao momento de entrada em vigor da norma? Justifique.
- B. É possível o contribuinte efetuar a compensação do que pagou a maior de contribuições previdenciárias com o ISS devido ao Município, ao fazer uso do eSocial, de acordo com a norma acima transcrita? Por quê?
- C. Existe algum impacto fiscal do ponto de vista de transferência de receitas da União para o Município, em razão de compensação prevista na Lei 13.670/2018?
- D. O acordo coletivo observa a Consolidação das Normas Trabalhistas? Justifique.

RASCUNHO

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

5 _____

6 _____

7 _____

8 _____

9 _____

10 _____

11 _____

12 _____

13 _____

14 _____

15 _____

PEÇA PROCESSUAL

Com base nos dados abaixo, elabore, na qualidade de Procurador(a) do Município de Marabá,

Informações em Mandado de Segurança:

- Como Procurador(a) da Prefeitura Municipal de Marabá lhe foi repassado a elaboração de Informações em Mandado de Segurança que tem como autoridade coatora o Prefeito Municipal.
- O Mandado de Segurança, proposto em 20 de agosto de 2019, trata de violação, em tese, de direito líquido e certo consistente em aprovação em concurso público da prefeitura municipal dentro do número de vagas previstas no Edital para a função de pedagogo no âmbito da Escola de Governo municipal com resultado final homologado e publicado em 20 de setembro de 2018 e prazo de validade de 02 anos.
- Alega o impetrante que o ato de contratação temporária de pessoal para assistente pedagógico na Escola de Governo municipal, ocorrido em 22 de abril de 2019, viola direito líquido e certo à nomeação porque os contratados temporariamente exercerão funções similares às de pedagogo, caracterizando, portanto, preterição aos classificados dentro do número de vagas do concurso. Requer, ao final, a concessão da segurança para declarar a nulidade do ato de contratação temporária de pessoal para assistente pedagógico, a produção de todas as provas em direito admitidas e a condenação em custas e honorários advocatícios.
- O Mandado de Segurança traz como documentos anexos: documentos de identificação pessoal do impetrante, procuração judicial, edital do concurso público da prefeitura municipal para a função de pedagogo, publicação em diário oficial da homologação final do concurso público datado de 20 de setembro de 2018, e parecer profissional demonstrando a sobreposição de funções do pedagogo e do assistente pedagógico.

RASCUNHO

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

5 _____

6 _____

7 _____

8 _____

9 _____

10 _____

11 _____

12 _____

13 _____

14 _____

15 _____

16 _____

17 _____

18 _____

19 _____

20 _____

21 _____

22 _____

23 _____

24 _____

25 _____

26 _____

27 _____

28 _____

29 _____

30 _____

RASCUNHO

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

5 _____

6 _____

7 _____

8 _____

9 _____

10 _____

11 _____

12 _____

13 _____

14 _____

15 _____

16 _____

17 _____

18 _____

19 _____

20 _____

21 _____

22 _____

23 _____

24 _____

25 _____

26 _____

27 _____

28 _____

29 _____

30 _____

RASCUNHO

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

5 _____

6 _____

7 _____

8 _____

9 _____

10 _____

11 _____

12 _____

13 _____

14 _____

15 _____

16 _____

17 _____

18 _____

19 _____

20 _____

21 _____

22 _____

23 _____

24 _____

25 _____

26 _____

27 _____

28 _____

29 _____

30 _____

RASCUNHO

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

5 _____

6 _____

7 _____

8 _____

9 _____

10 _____

11 _____

12 _____

13 _____

14 _____

15 _____

16 _____

17 _____

18 _____

19 _____

20 _____

21 _____

22 _____

23 _____

24 _____

25 _____

26 _____

27 _____

28 _____

29 _____

30 _____

RASCUNHO

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

5 _____

6 _____

7 _____

8 _____

9 _____

10 _____

11 _____

12 _____

13 _____

14 _____

15 _____

16 _____

17 _____

18 _____

19 _____

20 _____

21 _____

22 _____

23 _____

24 _____

25 _____

26 _____

27 _____

28 _____

29 _____

30 _____